

Bernardo Serpa Marques
António de Sousa Pedrosa

O Instituto de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra levou a efeito uma *Semana de Geografia Física*, que decorreu de 8 a 12 de Fevereiro de 1988.

O objectivo fundamental deste encontro foi "*a problemática da quantificação dos processos morfogenéticos*". De facto era importante fazer o ponto da situação no que se refere a estudos deste tipo realizados ou em curso nas nossas Universidades.

A primeira intervenção pertenceu ao Professor Doutor Fernando Rebelo da Universidade de Coimbra que demonstrou, embora de forma não sistemática, que a quantificação sempre foi usada nos estudos de Geografia Física. Para apoiar as suas afirmações apresentou vários exemplos de trabalhos de Climatologia e de Geomorfologia em que a quantificação surge já como uma metodologia essencial. Para além deste aspecto é interessante notar que os autores destes trabalhos não são só os actuais docentes de Geografia Física mas também os seus mestres já, infelizmente, desaparecidos. Daqui partiu para uma breve visão do estado actual do problema, evidenciando que as metodologias quantitativas são cada vez mais úteis no estudo dos processos morfogenéticos quer passados quer actuais.

Estas metodologias são cada vez mais utilizadas com vista à objectivação das análises geomorfológicas. Torna-se pois necessário congregar as diversas tentativas que tem sido feitas isoladamente com vista à realização de estudos sistemáticos que possibilitem um conhecimento cada vez mais perfeito do comportamento dos processos erosivos actuais no nosso país.

A Professora Doutora Maria Sala, da Universidade de Barcelona, já com longa experiência e vários trabalhos realizados neste domínio, apresentou de uma forma clara e organizada, um conjunto de técnicas e instrumentos que tem utilizado nos seus trabalhos de investigação. Simultaneamente foi discutindo as vantagens e dificuldades de utilização dos diversos processos apresentados ao mesmo tempo que tecia algumas considerações importantes para a avaliação dos resultados obtidos. É evidente que a quantificação deve ser generalizada aos estudos geomorfológicos muito especialmente àqueles que têm como finalidade principal o estudo dos processos actuais.

Estes estudos muito simples na sua base teórica são porém dificultados por vários factores estranhos ao processo. Antes de mais exigem um certo tempo, por vezes longo, de observação e de recolha de dados que devem abranger uma área mais ou menos vasta e diversificada para que possa haver aferição dos dados obtidos e conveniente comparação de resultados. Neste tipo de fenómenos intervém muitos factores cuja acção própria nem sempre é fácil de diferenciar, por isso a instalação de instrumentos tem de ser feita de uma forma criteriosa, o que exige locais nem sempre próximos dos centros de investigação. A recolha deve ser feita em períodos regulares e não muito longos o que implica frequentes deslocações à área que se está a estudar. Embora todo este procedimento possa ser realizado com instrumentos quase rudimentares (já não nos atrevemos a pensar em aparelhagem sofisticada utilizada em centros de estudo de

outros países), surge de imediato o problema da base económica deste tipo de investigação. Os seus resultados, importantes para o conhecimento da evolução das formas, não são apenas meros objectivos de especulação científica. Eles podem contribuir, e em nossa opinião de um modo eficaz, para o conhecimento do meio natural, onde se desenvolvem relações de causa e efeito que é imperioso conhecer com vista à preservação do ambiente que o Homem tanto se tem "*esforçado*" por degradar. Estes estudos são pois parte essencial nos esforços interdisciplinares que hoje por todo o lado se desenvolvem com vista à compreensão da dinâmica ambiental.

Para apoiar de forma prática as considerações produzidas pela Professora Doutora Maria Sala, a sua colaboradora Pilar Vasquez Llorens apresentou dois trabalhos realizados em bacias hidrográficas situadas nas Cordilheiras Costeiras Catalãs. Num deles mostrou a evolução do leito ao longo de um ano motivada naturalmente pelas variações do caudal. Mais interessantes que os resultados apresentados foram as técnicas utilizadas para determinar com exactidão as modificações verificadas em vários perfis transversais. No outro trabalho procurou através da análise químico-mineralógica de amostras recolhidas em vários pontos de um curso de água relacionar as diferenças de composição do material dissolvido com as condições geo-mineralógicas das áreas da bacia donde provém.

As trocas de impressões e pontos de vista que se seguiram a estas exposições permitiram confrontar várias experiências de modo a um melhor esclarecimento de ideias, o que sempre contribui para o desenvolvimento de qualquer metodologia.

Também dentro desta mesma linha de preocupações a Professora Doutora Celeste Coelho da Universidade de Aveiro apresentou algumas considerações acerca das implicações que os incêndios florestais têm na evolução dos processos morfogenéticos. Expôs as metodologias que tem vindo a utilizar para o estudo sistemático de uma área específica no concelho de Águeda, estudo esse que poderá desenvolver com, base num projecto de investigação apoiado pela CEE. Neste âmbito mostrou alguns dos aparelhos a instalar ao mesmo tempo que apresentou os objectivos a atingir e os critérios utilizados na selecção dos locais.

Seria bom que surgissem outros estudos idênticos em áreas diferenciadas do país a fim de num futuro próximo ser possível um conhecimento mais profundo e também mais generalizado acerca do comportamento geomorfológico das áreas atingidas pelos incêndios florestais. Este constitui uma base importante para diversos estudos quer de preservação do ambiente quer, até, de ordenamento do território.

Como complemento dos trabalhos desta reunião foram realizadas duas viagens de estudo: uma à Serra de Sicó e outra à Serra da Lousa. Nelas houve a ocasião de observar e discutir, as formas de relevo e, também, o desenvolvimento dos processos em actuação nas vertentes.

A orientação didáctica destas excursões permitiu demonstrar que a observação dos fenómenos geomorfológicos pode e deve ser feita a vários níveis de conhecimento. Ficou bem patente que a observação é um meio seguro e imprescindível para interessar de uma forma directa e simples os estudiosos ainda mal iniciados, nomeadamente os estudantes do ensino secundário, pelos problemas da Geografia Física. Deste modo, este ramo da Geografia pode ser um veículo de desenvolvimento das capacidades intelectuais e um instrumento de trabalho que permite uma interligação com assuntos vários do âmbito de outras disciplinas.

Como não podia deixar de ser, dado o momento que se vive de renovação de todo o ensino que antecede a entrada para a Universidade, o simples facto de estarem juntos vários especialistas de Geografia Física e um número considerável de professores do ensino secundário, o problema do ensino da Geografia Física foi tema de muitas conversas. De facto, de alguns anos a esta parte este ramo de Geografia tem vindo a ser progressivamente minimizado nos programas do ensino básico e secundário. Não

cabe aqui fazer a demonstração da sua importância mas torna-se imperioso que os responsáveis pelas reformas do ensino, antes de tomarem resoluções definitivas meditem no papel importante que a geomorfologia e a climatologia têm na formação do cidadão e na sua plena integração no meio em que vive.

É curioso notar que muitos estudantes que têm ingressado no curso de Geografia não tenham feito qualquer estudo antecedente de Geografia Física, pois o programa que contempla esta matéria no 10.º ano corresponde a uma disciplina optativa, para além do currículo mínimo obrigatório. Mais surpreendente ainda, é que o ingresso neste curso é obrigatório pela via de estudos científico-naturais (Área A) mesmo sem a frequência desta disciplina, ao mesmo tempo que os estudantes da via humanística — com Geografia — (Área D) não podem matricular-se nos cursos de Geografia das Faculdades de Letras.

Terminamos apelando aos responsáveis pelas reformas que se avizinham que ponderem no papel formativo e iminente prático da Geografia, nomeadamente da Geografia Física, e na sua correcta inserção nos programas de ensino básico e secundário.

Porto, Abril, 1988.